



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ

ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PARECER JURÍDICO Nº 02/2026

ANÁLISE E PARECER SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2025.

Recebemos para análise e emissão de parecer jurídico o processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o nº. 002/2026 em razão do valor, que tem por objetivo a aquisição de equipamentos de informática ao Poder Legislativo Municipal.

Nossa análise terá critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade, redação jurídica em linguagem simples e compreensível, de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise, conforme as seguintes considerações:

Preliminarmente

Procedimento realizado nos ditames da Lei 14.133/21. O processo está sendo conduzido pela agente de contratação designada pela Portaria nº. 03/2025-CAM com poderes de impulso e condução dos procedimentos licitatórios, no caso, atuou em conjunto com a equipe de licitação municipal e o corpo técnico da Câmara Municipal.

Assim como os demais processos administrativos, deverá atentar à estrita legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, proibição administrativa, igualdade, planejamento, transparência e eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e o desenvolvimento nacional sustentável.

Ao departamento jurídico caberá o controle prévio de legalidade, mesmo em se tratando contratações diretas (art. 53 § 4º da LLC). Inclusive, já elaboramos as minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio e outros ajustes para devida padronização na rotina administrativa, visando prezar pela boa prática, eficiência e celeridade administrativas. De acordo com o entendimento da Advocacia-Geral da União, dispensa e/ou faculta análises jurídicas em contratações e licitações públicas em casos de dispensa e inexigibilidade de licitação de menor complexidade e de pequenos valores, disciplinadas na Lei nº 14.133/2021, conforme Orientação Normativa nº 69/2021. Porém, é de praxe a manifestação jurídica nos feitos administrativos.

Síntese

O processo licitatório é dispensável para aquisição de produtos em valores inferiores a R\$ 65.492,11, conforme art. 75, inc. II da Lei 14.133/21, atualizado pelo Decreto 12.807/25, desde que não haja fracionamento dos itens no exercício para uma espécie de burla à licitação. Em razão disso, a própria lei adverte que os valores deverão ser observados dentro do exercício financeiro e não podem haver outros objetos contratados com a mesma natureza e no mesmo ramo de atividade. Em análise prévia, **não constatamos outro certame com o mesmo objeto e/ou assemelhado.**

Assim, **a presente aquisição tem previsão legal, e da mesma forma que os demais procedimentos, atende aos princípios jurídicos acima citados e às normas aplicáveis à espécie.**

Importante salientar que as contratações por dispensa necessitam instrução própria, com justificativa, previsão no plano de contratação anual e indicação de dotação orçamentária, e principalmente a demonstração do interesse público. E mais, é de se destacar que o órgão deverá se atentar ao valor de mercado dos produtos, ficando atento a possíveis abusos.

Assim considerando, **o Legislativo pode se valer deste procedimento para o fim pretendido, desde que primado pela razoabilidade e interesse público acima referidos.**

Relatório

Constata-se que o procedimento está instruído com os **atos essenciais nos termos do art. 72, veja:**



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ

ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO JURÍDICO

I – **Solicitação** com relação pormenorizada do objeto, acompanhada de justificativa, especificações mínimas e cotações de preços em empresas conhecidas da região, adotando o menor valor de mercado, evitando assim aquisição a preço excessivo, dando início ao procedimento (Art. 23 § 1º inc. IV e 72 II) fls. 01-16;

II – **Autorização** do presidente para contratação direta na modalidade dispensa. fls. -17-19;

III – Solicitação de informação de **dotação orçamentária**, devidamente atendida pelo setor competente, a saber: “01 – Câmara Municipal. 01.001-Legislativo Municipal; 01.001.01.031 - Ação Legislativa; 01.001.01.031.101 - Gestão Legislativa; 01.001.01.031.101.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara; 44.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente; Saldo atual da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA R\$ 63.900,00; fls. 22.

IV - **Termo de Referência** com todas especificações, modelo de medição de resultado, adequação dos itens, checklist (art. 72, inc. I) - fls. 23-34;

V - **Estudo técnico preliminar** explicando a necessidade, instrumentos de planejamento, resultados pretendidos, requisitos, demanda, fiscalização, etc. (art. 72, inc. I) – fls. 35-37;

VI – Houve então a publicação do **Aviso de Edital de Dispensa de Licitação** abrindo prazo de 05 dias para empresas interessadas apresentarem propostas, fls. 41, o qual foi devidamente publicado no site da Câmara Municipal bem como no diário oficial do Município – edição nº. 2446 – fls. 42. (art.75 §3 e 72 § único);

VII – No prazo estipulado houve o **protocolo de 03 propostas, das empresas Infomax, DAF e GL Tech(incompleto os itens), tendo como o menor orçamento** o valor de R\$ 17.750,00, convocando a empresa ofertante Dorival de Assis Ferreira LTDA - ME a apresentar a documentação correspondente – fls. 74-75;

VIII – A vencedora apresentou documentação de **habilitação jurídica** nos moldes previsto no termo de referência, fls. 77-90;

IX – O agente de contratação e sua equipe de apoio **declararam como dispensável a licitação** nos termos do art. 75 inc. II da Lei 14133/21, **em favor da empresa vencedora**. fls. 91.

X – A aquisição tem previsão da PCA/2025, conforme itens 35, 37, 106 ss.

As demais formalidades foram observadas, o processo seguiu a norma geral atendendo aos pressupostos de direito com atuação correta do agente de contratação e equipe com **ampla divulgação, inclusive, em mais de um meio de publicação oficial, possibilitando a participação de qualquer interessado, obtendo a proposta mais vantajosa.**

Conclusão

Nosso controle prévio legalidade mostra o atendimento a todos elementos indispensáveis à contratação, assim, não vislumbramos óbices à aquisição pretendida, pois, regular até aqui, em consonância com as disposições atinentes à dispensa de licitação esculpida no art. 72 e ss. da Lei 14.133/21.

Ante as considerações esposadas, **o procedimento atende ao aspecto jurídico formal, em consonância com as disposições atinentes à inexigibilidade de licitação.**

O presente parecer não tem caráter vinculativo.

S.M.O. É a análise e parecer.

Santana do Itararé, 06 de abril de 2026.

Alexsander Vilela Albergoni
Matrícula – 124 - OAB / PR 37.643

Rua Vereador Virgílio de Sene, nº. 38, Bairro Portal dos Ipês – Fone (043) 3526-1302

juridico@santanadoitarare.pr.leg.br